

A INSERÇÃO DO BRASIL NA GLOBALIZAÇÃO E OS RUMOS DO CRESCIMENTO E DO DESENVOLVIMENTO

Laerte Fedrigo¹

Resumo: a assimetria entre as transformações econômicas no cenário internacional e a crise econômica no flanco interno motivou no Brasil a adoção das reformas estruturais liberalizantes preconizadas pelos organismos multilaterais. Mas, ao contrário do que previam os *policy makers*, elas não foram capazes de melhorar o desempenho competitivo da indústria nacional, permitir a retomada do crescimento econômico ou romper com a tendência regressiva histórica do perfil distributivo brasileiro. Antes pelo contrário, implicaram num desequilíbrio exorbitante das contas externas brasileiras, tornando o país vulnerável à volatilidade do mercado financeiro internacional, com reflexos negativos sobre a atividade econômica e o mercado de trabalho.

Palavras-chave: globalização, crescimento, desenvolvimento, Brasil

JEL: 01; 015; 019

1. Introdução

O presente artigo tem por objetivo avaliar os resultados das reformas estruturais liberalizantes implementadas no Brasil a partir de 1989, sob o impacto das transformações no cenário internacional e de crise interna, para verificar os seus efeitos sobre a produtividade e a competitividade, o crescimento econômico e o desenvolvimento. A abordagem dessas questões está organizada em três partes. Na primeira parte, observa-se o contexto econômico nacional e internacional que favoreceu a adoção no Brasil das políticas neoliberais. Na segunda parte, analisa-se a visão neoliberal dos

¹ Mestre em Economia Política pela PUC/SP e Prof. da OSEC.

problemas econômicos do Brasil, bem como as medidas levadas a termo a partir de 1989. Na terceira e última parte, examina-se o impacto das reformas liberalizantes sobre a economia brasileira, analisando-se os benefícios e problemas delas decorrentes, tomando-se por base o período 1989-1998.

2. A globalização econômica e o esgotamento do modelo brasileiro de desenvolvimento

A partir de meados da década de 1970, a economia mundial passou por transformações profundas. Como consequência dos desequilíbrios nos balanços de pagamentos, decorrentes do choque do petróleo e da diplomacia do dólar forte, as economias europeias e asiáticas tomaram iniciativas bem-sucedidas de ajuste macroeconômico e reestruturação produtiva que, combinadas às pressões de organismos multilaterais pela liberalização comercial e financeira, inauguraram uma nova fase do processo de internacionalização do capital, com a globalização do comércio, das finanças e do processo produtivo.

Não que a globalização possa ser interpretada como um processo único ou original. Antes pelo contrário. Hobsbawm (1995:92), por exemplo, apresenta a história da economia mundial como sendo, desde a Revolução Industrial, de “crescente globalização”, ou seja, de uma divisão internacional do trabalho cada vez mais intrincada; “... uma rede cada vez maior de fluxos e intercâmbios que ligam todas as partes da economia mundial ao sistema global”. Marx e Engels (1988), aliás, já haviam teorizado sobre o capitalismo como um processo inexorável e universal, ao afirmarem que com o advento da burguesia, consumo e produção adquiriram caráter cosmopolita.

Não restam dúvidas, porém, que as transformações gestadas ao longo da década de 1970 provocaram uma verdadeira revolução no capitalismo internacional. Do lado do processo produtivo, observou-se que um mesmo bem passou a ser elaborado com a colaboração de unidades industriais localizadas em vários países² e que o padrão fordista de produção deu lugar à especialização flexível.³ Do lado do comércio, o fluxo mundial de mercadorias passou a crescer em

² Para maiores detalhes sobre essa interpretação, ver Prachedis & Pilletti (1994).

³ Ver, especialmente, Antunes (1995) e Goldenstein (1994).

proporções superiores ao crescimento da produção mundial.⁴ No que diz respeito ao aspecto financeiro, o fluxo de recursos entre países superou os valores relativos ao comércio e a financeirização passou a ser o novo padrão sistêmico de riqueza, uma vez que em lugar das decisões sobre o investimento produtivo, ganhou prestígio o movimento especulativo no mercado de capitais composto por ações, bônus e títulos financeiros em geral, "... representantes da grande massa de riqueza mobiliária, desproporcional face à riqueza real, produtiva" (Braga, 1997:199).

Ao surgir num contexto de rápidas mudanças no âmbito da produção, do comércio e das finanças, esse novo impulso globalizador do capital implicou em sérias dificuldades para países em desenvolvimento, habituados às políticas estratégicas. De um lado, porque o avanço do poderio das corporações transnacionais e a crescente sofisticação e internacionalização dos circuitos tecnológicos, econômicos e financeiros alteraram parte dos métodos e funções dos Estados nacionais.⁵ De outro lado, porque questões como qualidade, conteúdo tecnológico e reduções de custos por ganhos de produtividade, decorrentes de inovações tecnológicas, passaram a ser relevantes em relação à utilização de mão-de-obra desqualificada, materiais tradicionais e tecnologia menos sofisticada, como fatores de competitividade.⁶ Por assim dizer, não só o padrão de comércio, mas também o de investimentos apontaram para o crescente intercâmbio entre nações com dotação similar em fatores.

De fato, como saliente Tavares (1993), as economias avançadas guardaram para si não só os avanços científicos e tecnológicos e os núcleos de expansão e diversificação produtiva, mas também os fluxos de comércio e capitais. Conforme Furtado (1992:22-23), em 1989, cerca de 90% do fluxo de inversões estrangeiras diretas tiveram como destino outros países desenvolvidos, sendo que o restante dirigiu-se quase que na sua totalidade para os países emergentes do sudeste asiático; quanto ao comércio, na década de 1980 a participação do Japão nas importações norte-americanas cresceu de 13% para 21% e a participação da América Latina caiu

⁴ Ver Nadano (1994).

⁵ Ver Furtado (1998), Hirst & Thompson 1998), Ianni (1995 e 1998) e Mattoso (1995).

⁶ Para maiores detalhes, ver Lacerda (1998b).

de 15% para 10%. Esse processo, Indiscutivelmente, provocou um alargamento do fosso entre as economias avançadas e atrasadas.

Conforme Hobsbawm (1995), ao final da década de 1980, enquanto as economias avançadas se mostravam mais dinâmicas, produtivas e ricas que no início da década de 1970, as economias atrasadas mostravam-se bem menos “cor-de-rosa”. Da África à América Latina, passando pela Ásia Ocidental, a produção caiu durante toda a década de 1980 e grande parte da população ficou mais pobre. A distância em renda *per capita* entre as economias desenvolvidas e atrasadas alargou-se de tal forma que “... o primeiro grupo tinha em média 14,5 vezes o PNB *per capita* do segundo em 1970, porém mais de 24 vezes o PNB *per capita* em 1990 dos países pobres” (Hobsbawm, 1995:353). A globalização, portanto, sinalizou um movimento desequilibrador da divisão internacional do trabalho, agudizando um panorama socioeconômico já bastante precário nas economias periféricas.

Com a economia brasileira não foi diferente. Além de um processo de industrialização tardia e de um desenvolvimento marcado pelo dualismo social,⁷ a reestruturação das economias avançadas, que resultou na maior integração entre economias com dotação similar em fatores, coincidiu com o esgotamento do modelo de desenvolvimento iniciado na década de 1950, em função do colapso das contas externas e da conseqüente crise financeira do Estado.⁸ O Brasil chegou ao final da década de 1980 com uma economia estagnada, socialmente dualista, financeiramente frágil e tecnologicamente atrasada, quando comparada aos padrões internacionais.⁹

3. O caráter neoliberal da política econômica brasileira no período 1989-1998

Mediante o colapso interno e as mudanças no cenário mundial, antes mesmo do final da década de 1980, formou-se um certo consenso no Brasil quanto à necessidade de ruptura com o passado

⁷ Ver Furtado (1992) e Mello (1992).

⁸ Para uma análise da natureza e causas do esgotamento do modelo brasileiro de desenvolvimento, ver Baer (1993), Goldestein (1994), Gonçalves et alli (1998) e Tavares (1993).

⁹ Para maiores detalhes, ver Coutinho & Ferraz (1994) e Mattoso (1995).

e de reestruturação do Estado e da economia, de sorte a permitir a transposição da barreira do subdesenvolvimento para resgatar a chamada dívida social. Mas, como salienta Mattoso (1995), o caráter patrimonialista e conservador do capital privado nacional impediu a redefinição de um padrão de desenvolvimento para o Brasil, que pudesse fazer frente às condições nacionais e internacionais. Na ausência desse padrão, a crescente deterioração do Estado favoreceu a aventura neoliberal, segundo a qual, o remédio para o Brasil seria o ajuste estrutural orientado e apoiado pelos organismos multilaterais de crédito,¹⁰ centrado na desregulamentação dos mercados, na abertura comercial e na diminuição do tamanho e do papel do Estado na economia.

Conforme a propositura neoliberal, a perda de dinamismo das economias em desenvolvimento como o Brasil deu-se, em grande medida, devido ao excesso de protecionismo e intervencionismo estatal, que tornou os custos de produção incompatíveis com os padrões internacionais, constituindo-se num obstáculo à inserção competitiva no cenário mundial. Daí, inclusive, a queda de interesse do investidor estrangeiro - prejudicando a absorção de tecnologia moderna -, a redução da participação no fluxo internacional de comércio e a interrupção do crescimento e do desenvolvimento.¹¹

A propósito, Franco (1995, 1998 e 1999) atribuiu ao modelo de substituição de importações conduzido pelo Estado os males da economia brasileira. Segundo ele, a inflação e os desajustes fiscais utilizados pelo governo brasileiro como mecanismos para sustentar elevados níveis de investimento resultaram em instabilidade macroeconômica interna e as políticas industriais e comerciais protecionistas acentuaram a ineficiência industrial e produziram uma atmosfera de negócios altamente prejudicial à competitividade e ao dinamismo tecnológico, deteriorando a taxa de crescimento da produtividade. Além de se revelar terrivelmente concentrador,¹² o binômio inflação e proteção exacerbada resultou no desajuste

¹⁰ Para uma análise dos fundamentos neoliberais da política brasileira a partir de 1989, ver Batista (1994) e Fiori (1993 e 1997).

¹¹ Para uma leitura crítica sobre a visão neoliberal da perda de dinamismo das economias em desenvolvimento, ver Batista (1994) e Mello (1992).

¹² Na sua concepção, porque o imposto inflacionário incidiu especialmente sobre o pobre e pelo fato de que a baixa produtividade deteriorou a distribuição funcional da renda.

fiscal e na crise hiperinflacionária, decretou a falência do Estado, estacionou o crescimento econômico e afugentou o investimento estrangeiro direto, que traria os benefícios da terceira revolução industrial e da globalização econômica.

Para os neoliberais, portanto, o antídoto para a crise não poderia ser outro senão as reformas estruturais liberalizantes, apresentadas como modernizantes. Além de credenciar as economias em desenvolvimento a participarem do sistema globalizado como candidatas aos investimentos privados, que deveriam trazer de volta o crescimento econômico junto com os benefícios da chamada Terceira Revolução Industrial, elas intensificariam a concorrência no flanco interno, levando os seguimentos empresariais a modernizações, para se ajustarem à concorrência externa. Por assim dizer, as reformas liberalizantes implicariam em elevações substanciais da produtividade do trabalho e do grau de competitividade da indústria nacional, na inserção competitiva no cenário mundial, na aproximação com os centros produtivos mais dinâmicos e na retomada do crescimento econômico e do desenvolvimento.¹³

Uma síntese desse pensamento pode ser visto em Franco (1998 e 1999). Segundo ele, as respostas à crise brasileira parecia simples: privatização, produtividade e concorrência. Além de favorecer a entrada de investimentos estrangeiros diretos e elevar a eficiência e a produtividade das empresas privatizadas, a privatização permitiria a redução do gasto público e a elevação das receitas fiscais e dos investimentos, bem como a transferência para o setor privado da responsabilidade por investimentos futuros, especialmente em infraestrutura, desonerando o Estado de gastos que ele não tinha mais condições de bancar. O estímulo à concorrência elevaria o dinamismo tecnológico do país, permitindo um crescimento acelerado da produtividade. A produtividade, por sua vez, permitiria elevar a competitividade da produção doméstica e melhorar a distribuição de renda. A simples alteração da estrutura do mercado, portanto, resultaria numa maior participação do Brasil no fluxo de investimento estrangeiro direto e num ciclo de crescimento acelerado

¹³ Para maiores detalhes sobre essa interpretação, ver Franco (1998 e 1999). Para uma análise crítica da justificativa do ideário neoliberal, ver Batista (1994) e Mello (1992).

da produtividade e da competitividade, que conseguiria reduzir as desigualdades sociais sem impactos inflacionários.

Foi assim que no limiar da década de 1990 o governo brasileiro iniciou um processo de liberalização irrestrita da economia. Em que pese as resistências da sociedade à subordinação às recomendações dos organismos multilaterais pelas reformas estruturais liberalizantes,¹⁴ paulatinamente, os responsáveis pela política econômica foram colocando fim aos controles administrativos nos programas de importações das empresas, eliminando ou reduzindo barreiras não-tarifárias e tarifas alfandegárias sobre as importações, flexibilizando a política cambial e financeira, reduzindo e redefinindo o papel do Estado na economia etc. Numa alusão à idéia que, de fato, no contexto da globalização o desenvolvimento seria subproduto do neoliberalismo, esperavam não só estabilizar a moeda, mas atrair novos investimentos estrangeiros, embarcar na Terceira Revolução Industrial, elevar a produtividade do trabalho e o grau de competitividade, aprofundando a performance comercial da economia, bem como retomar o crescimento econômico e o desenvolvimento.

Esse novo modelo de desenvolvimento foi iniciado no governo Sarney, acelerado no governo Collor e aprofundado no governo Fernando Henrique Cardoso. O governo Sarney promoveu uma redução expressiva das alíquotas e de parte dos regimes especiais incidentes sobre as importações e deu início à construção da área de livre comércio entre Brasil e Argentina. O governo Collor combinou a redução das tarifas alfandegárias médias com a redução de vários regimes especiais de tributação sobre importação e com a eliminação dos controles administrativos representados pelos programas de importação das empresas. Além disso, aboliu a reserva de mercado no setor de informática, transformou a área de livre comércio Brasil-Argentina no Mercado Comum do Cone Sul (MERCOSUL) - incorporando também Uruguai e Paraguai - e deu ênfase ao enxugamento do Estado, sobretudo, a partir das privatizações, iniciadas com a adoção, em 1990, do Programa Nacional de

¹⁴ Em relação à resistência brasileira às políticas neoliberais, ver Mattoso (1995).

Desestatização. O governo FHC aprofundou a política liberalizante, uma vez que promoveu uma brutal valorização cambial.¹⁵

Na ausência, portanto, de um novo padrão de desenvolvimento capaz de fazer frente às condições nacionais e internacionais, a deterioração do Estado brasileiro acabou por favorecer a aventura neoliberal. A desregulamentação do mercado, a sobrevalorização cambial e o processo de privatizações sintetizam as mudanças na condução econômica do Brasil, em concomitância com os ditames das entidades multilaterais de crédito. A partir de 1989, paulatinamente, o modelo brasileiro de desenvolvimento foi sendo redefinido, quanto ao seu caráter protecionista.

4. Os resultados da política econômica brasileira no período 1989-1998

As políticas de orientação neoliberal permitiram ao Brasil experimentar grandes mudanças, mas insuficientes para aproximá-lo dos centros produtivos mais dinâmicos e colocá-lo na rota do crescimento econômico e do desenvolvimento. Como reflexo da condução macroeconômica, a inflação foi reduzida drasticamente, o capital estrangeiro voltou a migrar para o Brasil e a indústria foi forçada a uma certa reestruturação produtiva, o que resultou em ganhos de produtividade. Não obstante, os esforços de modernização não foram capazes de melhorar o desempenho comercial da produção nacional, tampouco retomar o crescimento sustentado ou romper com a tendência regressiva do perfil distributivo brasileiro.

Antes pelo contrário, a elevação significativa dos fluxos de entrada de investimentos estrangeiros diretos e o ajuste no sistema produtivo não foram compatíveis com o aprofundamento da estrutura industrial brasileira, de sorte a fortalecer o impulso exportador e a colocar a economia brasileira em pé de igualdade com os centros produtivos mais dinâmicos. Por um lado, a sobrevalorização cambial desestimulou projetos voltados para a instalação de capacidade para a produção de bens para exportação. Por outro, à medida que os investimentos estrangeiros diretos foram se avolumando, foram sendo destinados prioritariamente para o

¹⁵ Para uma análise sobre o processo de liberalização da economia brasileira, ver especialmente Gonçalves et alli (1998) e Moreira & Correa (1996).

setor de serviços,¹⁶ quando são, sobretudo, os setores manufatureiros que exportam.

Tabela 1 - Tabela 1 - Coeficientes de exportação e de importação - setor manufatureiro - em porcentagem - Brasil 1989-1998

	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Exportação/Produção	8.8	9.4	12.3	13.3	12.5	12.7	12.7	13	13.7	14.8
Importação/Produção	4.3	5.7	7.8	7.4	10.4	15.5	15.5	16.3	19.4	20.3
Import./Cons.Aparente	4.5	5.9	8.1	7.9	10.6	15.1	15.1	15.8	18.4	19.3

Fonte: Elaboração a partir de dados de Moreira & Correa (2000).

A pouca relevância do ingresso de investimentos estrangeiros diretos sobre o segmento industrial pode ser expresso pelo baixo desempenho do coeficiente exportado, em contraposição à elevação do coeficiente importado, e pela queda sistemática da participação relativa do Brasil nas exportações mundiais. Como pode ser visto, tomando-se por base os dados da tabela 1, no período 1989-1998, o coeficiente exportado¹⁷ do setor manufatureiro cresceu 68%. Em contrapartida, o coeficiente importado cresceu 372% em relação à produção e 329% em relação ao consumo aparente.¹⁸ Por seu turno, a participação do Brasil nas exportações mundiais caiu de 1,18% em 1989, para 0,91% em 1998, como mostra os dados da tabela 2.

¹⁶ Para maiores detalhes, ver BACEN (2000).

¹⁷ Razão entre o valor das exportações e o valor da produção doméstica.

¹⁸ Pelo primeiro critério, o coeficiente importado é a razão entre o valor das importações e o valor da produção doméstica. Pelo segundo, é a razão entre o valor das importações e o valor do consumo aparente (produção + importação - exportação).

Tabela 2 - Participação percentual do Brasil no comércio mundial

Anos	Exportação	Importação	Corrente de Comércio
1989	1.18	0.66	0.92
1990	0.93	0.67	0.80
1991	0.93	0.64	0.78
1992	0.98	0.61	0.79
1993	1.03	0.74	0.88
1994	1.02	0.85	0.93
1995	0.91	1.05	0.98
1996	0.87	1.00	0.94
1997	0.93	1.11	1.02
1998	0.91	1.11	1.01

Fonte: Elaboração a partir de dados do BACEN (1989-2000).

Como mais uma demonstração da perda de competitividade internacional, a economia brasileira passou a acumular constantes déficits comerciais, provocando um desequilíbrio exorbitante das contas externas brasileiras, com a conseqüente elevação da dependência de financiamentos estrangeiros. Como mostra os dados da tabela 3, a dependência brasileira de financiamentos estrangeiros saltou de US\$ 13,5 bilhões em 1989, para US\$ 67,7 bilhões em 1989. Não foi à toa que o país ficou mais exposto às oscilações do mercado internacional e sujeito a ataques especulativos por parte dos investidores estrangeiros.

Lacerda (2000b) mostra como o Brasil se tornou vulnerável à volatilidade dos mercados internacionais. Segundo ele, a elevação da necessidade de financiamento externo fez com que cada mudança no cenário internacional passasse a refletir negativamente sobre a administração da economia nacional, sobretudo, no que diz respeito às taxas de juros e de câmbio, com reflexos sobre a atividade econômica. Nesse sentido, tanto a crise mexicana quanto as crises

asiática e russa provocaram quedas sensíveis do nível de atividade da economia brasileira e elevaram o risco de financiamento do seu déficit externo.

Tabela 3 - A dependência de capital externo - US\$ bilhões – Brasil 1989-1998

	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
NC	-13.5	-12.6	-9.2	-2.4	-10.6	-52.1	-28.8	-38.6	-61.7	-67.7
TC	1.0	-3.8	-1.4	6.2	-0.6	-1.7	-17.8	-24.4	-33.0	-34.1
BCI	16.1	10.8	10.6	15.3	12.9	10.4	-3.2	-5.6	-8.4	-6.5
Exportações	34.4	31.4	31.6	35.9	38.6	43.5	46.5	47.7	53.0	51.1
Importações	18.3	20.7	21.0	20.6	25.7	33.1	49.7	53.3	61.3	57.6
BS	-15.3	-15.4	-13.5	-11.3	-15.2	-14.7	-18.6	-21.7	-26.9	-29.4
Viag. Internac.	0.5	-0.1	-0.2	-0.3	-0.8	-1.2	-2.4	-3.6	-4.4	-4.1
Juros Líquidos	-9.6	-9.7	-8.6	-7.3	-8.3	-6.3	-8.2	-9.8	-10.4	-11.9
Lucros e divid.	-2.4	-1.6	-0.7	-0.6	-1.8	-2.5	-2.6	-2.4	-5.6	-7.2
Outros	-3.8	-3.9	-4.0	-3.2	-4.3	-4.7	-5.4	-5.9	-6.5	-6.2
TU	0.2	0.8	1.6	2.2	1.7	2.6	4.0	2.9	2.2	1.8
Amortizações	-14.5	-8.8	-7.8	-8.6	-10.0	-50.4	-11.0	-14.3	-28.7	-33.6

(NC) Necessidade de captação; (TC) Transações correntes; (BC) Balança comercial; (BS) Balança de serviços; (TU) transferências unilaterais

Fonte: BACEN e SECEX, publicado por *Conjuntura Econômica*, v. 54, n.3, mar. 2000, p. XXV-XXVII.

O custo do ajuste, mais uma vez, recaiu sobre o setor público. Além de atrair capitais suficientes para cobrir o rombo no balanço de transações correntes, o governo elevou substancialmente as reservas

em dólares do BACEN para combater eventuais ataques especulativos à moeda nacional. Para neutralizar o impacto monetário da entrada desses recursos, ele foi forçado a emitir títulos públicos, com desdobramento sobre a chamada dívida mobiliária federal. Este desdobramento foi maior porque, para atrair capitais e comercializar os títulos da dívida pública, o governo teve que operar com taxas de juros reais elevadas, tornando mais caro o financiamento da sua dívida. Consequentemente, a dívida pública interna do Brasil saltou de um patamar da ordem de 14,6% do PIB em 1991, para nada menos que 36,1% em 1998, conforme dados do BACEN (1989 - 2000).

Se os efeitos das políticas liberalizantes sobre o desempenho comercial da produção nacional não foram satisfatórios, o mesmo ocorreu em relação ao crescimento econômico. A contribuição dos investimentos estrangeiros diretos destinados ao Brasil para o crescimento econômico foi restrito, uma vez que, conforme Lima (2000), boa parte deles se deu na forma de fusões e aquisições de empresas privadas e privatizações de empresas públicas.¹⁹ Além disso, a utilização de elevadas taxas internas de juros como diferencial na captação de recursos obstruiu o aquecimento da economia.

Os dados da tabela 4 revelam que, após uma queda substancial no início da década de 1990, a taxa de investimento em Formação Bruta de Capital Fixo - FBCF apresentou ligeira recuperação, saltando de 14,0% em 1992, para 17,4% em 1998. Mas, em média, permaneceu bem abaixo daquela registrada na década de 1980. O Produto Interno Bruto - PIB, por sua vez, cresceu em média 2,0% ao ano, entre 1989 e 1998, contra uma média anual de 3,0% na década de 1980, aquela que foi considerada a década perdida.

¹⁹ Conforme Lacerda (2000a: b2), só às privatizações realizadas no âmbito federal e estadual entre 1991 e 1999 foram destinados mais de US\$ 31,5 bilhões de investimentos estrangeiros diretos.

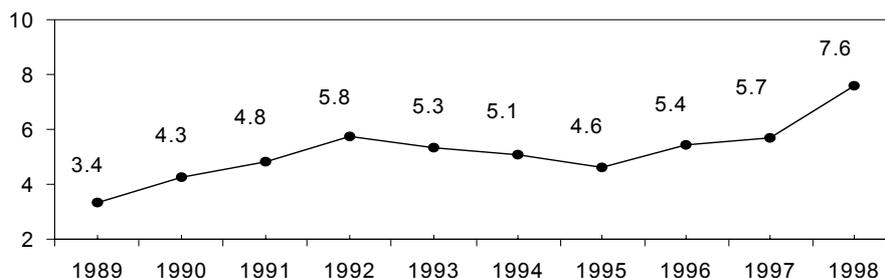
Tabela 4 – FBCF e crescimento do PIB real - Brasil 1989-1998

Período	FBCF em % do PIB a preços de 1980 em % do PIB	Crescimento % do PIB Real
Média anos 80	18.6	3.0
1989	16.7	3.2
1990	15.5	-4.3
1991	15.2	1.0
1992	14.0	-0.5
1993	14.4	4.9
1994	15.3	5.9
1995	16.7	4.2
1996	16.5	2.7
1997	17.9	3.6
1998	17.4	-0.1
Média 1989-1998	16.0	2.0

Fonte: IBGE, publicado por *Conjuntura Econômica*, v. 54, n.3, mar. 2000

Como pode ser visto no gráfico 1, a taxa de desemprego mais que dobrou entre 1989 e 1998, passando de 3,4% em 1989, para 7,6% em 1998. Do lado da posição na ocupação, os dados do gráfico 2 revelam que a população ocupada com carteira assinada representava cerca de 56% da força de trabalho em 1990. Entretanto, a sua participação no total da população ocupada caiu para cerca de 46%, em 1998. Em contrapartida, no mesmo período, a participação da população ocupada sem registro em carteira e por conta própria, saltou, respectivamente, de 19,7% para 25,5% e de 20% para 24,2%, numa demonstração clara de precarização do emprego.

Gráfico 1 - Taxas de desemprego aberto - variação anual média em porcentagem da PEA - Brasil 1989-1998



Fonte: IBGE-PME, publicado por *Conjuntura Econômica*, v. 54, n.3, mar. 2000, p. XX.

Outro fator que mostra o baixo desempenho das reformas estruturais liberalizantes sobre o desenvolvimento, diz respeito ao espectro distributivo. A estabilização dos preços promoveu uma melhora, bem acima da média para a totalidade da população, no ganho das camadas populacionais com os menores rendimentos,²⁰ permitindo que uma parcela significativa da população brasileira rompesse com a pobreza e a indigência,²¹ mas os efeitos da condução macroeconômica não romperam com a tendência regressiva do perfil distributivo brasileiro.

Os dados da tabela 5 mostram que, quando medida tanto pelo coeficiente de Gini, quanto pela razão entre a renda média dos 10% mais ricos e dos 40% mais pobres da população brasileira,²² o grau

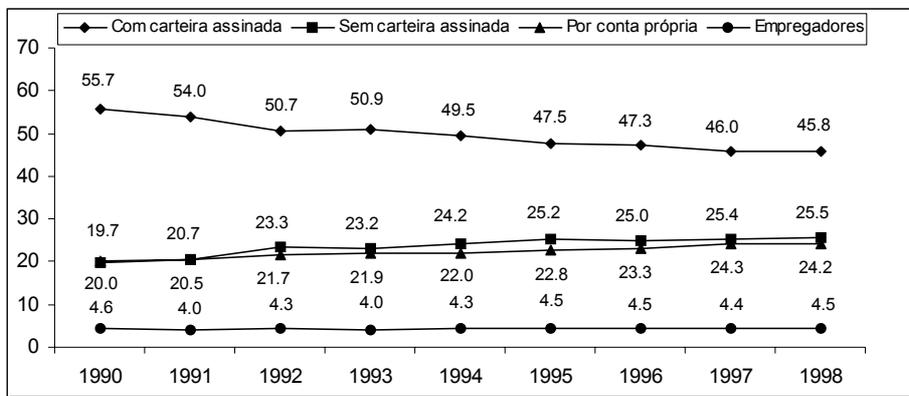
²⁰ Conforme dados do IBGE – PNAD (1999), entre 1989 e 1998, o rendimento mensal médio da população brasileira cresceu 3,48. No mesmo período, o rendimento mensal médio dos 20 % mais pobres cresceu 81%.

²¹ Conforme Barros et alii (2000), o grau de pobreza caiu de 42,9% da população em 1989, para 32,7 em 1998; no mesmo período, o grau de indigência caiu de 20,7% para 13,9%.

²² O coeficiente de Gini é uma medida que revela o grau de desigualdade de renda de uma realidade específica; os seus valores variam entre zero e um, sendo que quanto mais próximo de um, maior a desigualdade na distribuição de renda. A outra medida corresponde à razão entre segmentos opostos na distribuição de renda de uma sociedade,

de desigualdade sofreu um declínio entre 1989 e 1992, mas voltou a crescer em 1993 e se manteve estável até 1998, num patamar superior ao de 1992, embora inferior ao de 1989: o coeficiente de Gini ficou na casa de 0,59 e os 10% mais ricos, com uma renda média 21 vezes superior à renda média dos 40% mais pobres da população brasileira.

Gráfico 2 - População ocupada por posição na ocupação - posição de dezembro em percentagem - regiões metropolitanas - Brasil 1990-1998



Fonte: IBGE-PME (1990-1999).

traduzindo uma noção de (in)justiça social; quanto maior a razão entre a renda média dos mais ricos e dos mais pobres, menos justa deve ser considerada a sociedade.

Tabela 5 Tabela 5 - Evolução dos indicadores de desigualdade de renda - Brasil 1989-1998

Período	Coefficiente de Gini	Razão entre a renda média dos 10% mais ricos e dos 10% mais pobres
1989	0.65	30.9
1990	0.62	27.4
1992	0.58	18.6
1993	0.60	22.3
1995	0.59	21.6
1996	0.59	21.8
1997	0.59	21.5
1998	0.58	20.6

Notas: 1: Não houve PNAD, em 1991 e 1994; 2: Excluído o rendimento da população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá

Fonte: Elaboração a partir de dados do IBGE-PNAD (1999).

O efeito sobre o espectro distributivo foi modesto porque a maior parte da renda nacional continuou nas mãos de poucos. A tabela 6 mostra que, em 1998, os 20% mais ricos da população brasileira se apropriaram de cerca de 63,5% da renda nacional, mas, no extremo oposto, os 50% mais pobres detiveram pouco mais de 13,5% da renda. O grupo dos 20% mais pobres concentraram, em conjunto, apenas 3,5% do total da renda, mas, em contrapartida, o grupo composto pelos 1% mais ricos da sociedade se apropriou de uma parcela de renda superior àquela apropriada pelos 50% mais pobres da população brasileira. Os números revelam, portanto, que a estrutura de renda do Brasil permaneceu altamente perversa e injusta.

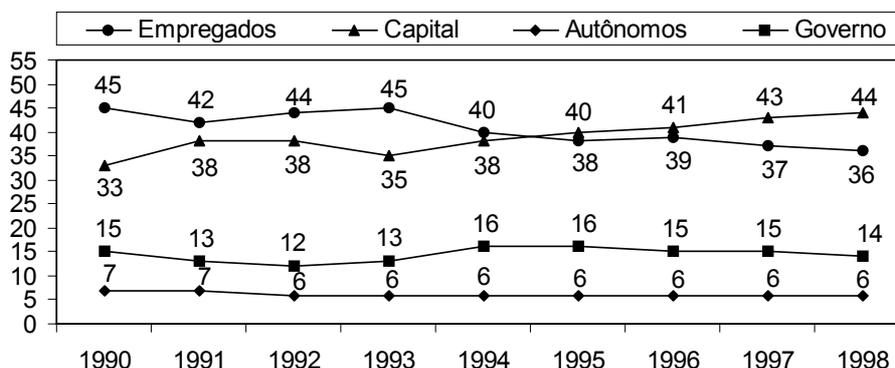
Tabela 6 - Distribuição percentual do rendimento mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade, com rendimento, Brasil 1989-1998

Classes de %	1989	1990	1992	1993	1995	1996	1997	1998
10% + pobres	0.6	0.8	0.8	0.7	1.1	1.2	1.1	1.2
20% + pobres	2.0	2.4	2.8	2.7	3.3	3.4	3.3	3.5
50% + pobres	10.4	11.2	14.1	12.8	13.0	13.0	13.1	13.5
20% + ricos	69.0	66.1	62.3	65.3	64.3	64.1	63.8	63.5
10% + ricos	53.2	49.7	46.1	49.8	48.2	47.9	47.6	47.5
1% + ricos	17.3	14.6	13.7	16.0	13.9	13.5	13.7	13.7

Fonte: IBGE-PNAD (1999).

A análise atenta dos indicadores de renda do PIB reforça o argumento anterior. O gráfico 3 revela que, entre 1990 e 1998, os brasileiros que viviam de lucros, juros e aluguéis elevaram sua participação na composição da renda nacional de 33% para 44%. Em contrapartida, os assalariados reduziram-na de 45% para 36%. Nota-se, portanto, uma queda do peso dos rendimentos do trabalho, em contraposição a uma elevação da participação do capital na renda nacional. O capital, portanto, foi amplamente favorecido na sua relação com o trabalho.

Gráfico 3 - Composição percentual do PIB pela ótica da renda – Brasil 1990-1998



Fonte: IBGE-Contas Nacionais (1998-1999).

5. Considerações finais

À guisa de conclusão, cabe considerar que, se foi verdade que os ajustes e as reformas neoliberais implementadas no Brasil a partir de 1989 impactaram positivamente sobre a inflação e sobre a captação de recursos estrangeiros e forçaram uma certa reestruturação produtiva, elevando a produtividade industrial, foi igualmente correto que elas deterioraram o desempenho comercial do Brasil e foram modestas quanto aos efeitos sobre o crescimento econômico e o desenvolvimento.

Desta feita, se nos tempos remotos a inserção internacional pelo comércio condenou a economia brasileira a um processo de industrialização tardia e à convivência com uma estrutura socioeconômica caracterizada pelo dualismo social e se as transformações no cenário internacional, a partir da década de 1970, levaram-na ao colapso do modelo de desenvolvimento, a sua nova inserção internacional não deu conta de questões básicas: a competitividade passou a ser a palavra de ordem no contexto internacional, mas a participação do Brasil nas exportações mundiais caiu sistematicamente; a produtividade do trabalho cresceu significativamente no Brasil, mas o país continuou com um padrão distributivo altamente perverso e injusto.

**GLOBALIZATION AND BRAZILIAN ECONOMIC GROWTH
AND DEVELOPMENT**

Abstract: *the disharmony between the economic transformations in the international environment and the economic crisis, has forced internally in Brazil the adoption of structural and liberizing reforms required by multilateral organisms. On the contrary of what was hoped by policy makers, they were not able to improve the competitive development of the national industry, allow the retaking of the economic growth, or break the historic regressive tendency of the Brazilian distributive profile. On the contrary, they implied an exaggerated unbalance of the Brazilian external debt, turning the country vulnerable to changeable international financial market, with negative reflexes upon the economic activities and the work market.*

Key words: *globalization; economic growth; development, Brazil*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTUNES, Ricardo L. (1995). *Adeus ao trabalho?*; ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 3ª ed. São Paulo: Cortez-UNICAMP.
- BACEN (1989-2000) - Banco Central do Brasil. *Relatório Anual do Banco Central do Brasil 1989-1999*. Brasília: BACEN-DEPEC.
- _____ (2000). *Censo de capitais estrangeiros: ano base 1995; atualizando os resultados (nota técnica)*. Brasília: BACEN-FIRCE.
- BARROS, Ricardo. P. et alii (2000). *Desigualdade e pobreza no Brasil; a estabilidade inaceitável*. Rio de Janeiro: IPEA.
- BATISTA, Paulo N. (1994). O consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. *Caderno Dívida Externa*. São Paulo: PEDEX, n.6:5-56, set.
- BEAR, Mônica. (1993). *O rumo perdido; a crise fiscal e financeira do Estado brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Laerte Fedrigo

- BRAGA, José C. S. (1997). Financeirização global: o padrão sistêmico de riqueza do capitalismo contemporâneo. In: TAVARES, Maria da C. & FIORI, José L. (orgs.). *Poder e dinheiro; uma economia política da globalização*, 2ª ed. Petrópolis: Vozes, p. 195-242.
- CONJUNTURA ECONÔMICA (2000). São Paulo: FGV-IBRE, v.54, n.3, mar.
- COUTINHO, Luciano & FERRAZ, João C. (1994). *Estudo da competitividade da indústria brasileira*. 3ª. ed. Campinas: Papirus-UNICAMP.
- FIORI, José L. (1993). Ajuste, transição e governabilidade: o enigma brasileiro. In: TAVARES, Maria da C. & FIORI, José L. (Des)Ajuste global e modernização conservadora. São Paulo: Paz e Terra, p. 127-193.
- _____ (1997). *Os moedeiros falsos*. Petrópolis: Vozes.
- FRANCO, Gustavo H. B. (1995). *O Plano Real e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- _____ (1998). A inserção externa e o desenvolvimento. *Revista de Economia Política*. São Paulo: Editora 34, v.18, n.3: 121-147, jul./set.
- _____ (1999). *O desafio brasileiro; ensaios sobre desenvolvimento, globalização e moeda*. São Paulo: Editora 34.
- FURTADO, Celso. (1992). *Brasil: a construção interrompida*. São Paulo: Paz e Terra.
- _____ (1998). *O capitalismo global*. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra.
- GOLDESSTEIN, Lídia (1994). *Repensando a dependência*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- GONÇALVES, Reinaldo et alli. (1998). *A nova economia internacional; uma perspectiva brasileira*. Rio de Janeiro: Campus.
- HIRST, Paul & THOMPSON, Grahame. (1998). *Globalização em questão*. 2ª Ed. Petrópolis: Vozes.
- HOBSBAWM, Eric. (1995). *Era dos extremos; o breve século XX: 1914-1991*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras.
- IANNI, Octavio (1995). *A sociedade global*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- _____ (1998). A política mudou de lugar. In: DAWBOR, Ladislau et alii (orgs). *Desafios da globalização*, Petrópolis: Vozes, p. 17-27.

- IBGE - CONTAS NACIONAIS (1998 - 1999) - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Sistema de contas nacionais Brasil*; resultados preliminares 1997-1998. Rio de Janeiro: IBGE.
- IBGE-PME (1990 - 1999) - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa mensal de emprego 1990-1998*. Rio de Janeiro: IBGE.
- IBGE-PNAD (1999) - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa nacional por amostra de domicílios*; síntese de indicadores 1998. Rio de Janeiro: IBGE.
- LACERDA, Aantônio C. (1998a). Abertura comercial e competitividade. *Carta da Sobeet*. Campinas: Sobeet, ano II, n. 09: 9 – 11, out.
- _____ (1998b). *O impacto da globalização na economia brasileira*. 2ª ed. São Paulo: Contexto.
- _____ (2000a). Capital estrangeiro na privatização. *O Estado de S. Paulo*, Caderno Economia, p. B2, 19.02.00.
- _____ (2000b). Economia brasileira e bolsas internacionais: até que ponto a economia real pode ser afetada pela economia “virtual”?. *O Estado de S. Paulo*, Caderno Economia, p. B2, 02.06.00.
- LIMA, Marli. (2000). Fusões e aquisições cresceram 22% no ano. *O Estado de S. Paulo*, Caderno Economia, p. B7, 10.07.00.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. (1988). *Manifesto do Partido Comunista*. Petrópolis: Vozes.
- MATTOSO, José E. L. (1995). *A desordem do trabalho*. São Paulo: Scrita.
- MELLO, João M. C. (1992). Conseqüências do neoliberalismo. *Economia e Sociedade*. Campinas: UNICAMP, n.1: 59-67, ago.
- MOREIRA, Maurício M. & CORREA, Paulo G. (1996). *Abertura comercial e indústria*; o que se pode esperar e o que se vem obtendo. Rio de Janeiro: BNDS-DEPEC, out. (Textos para discussão, 49).
- MOREIRA, Maurício M. & CORREA, Paulo G. (2000). *Abertura comercial e Indústria*; o que se pode esperar e o que se vem obtendo; atualizando os resultados (nota técnica). Rio de Janeiro: BNDS-DEPEC.
- NAKANO, Yoshiaki (1994). Globalização, competitividade e novas regras do comércio internacional. *Revista de Economia Política*. São Paulo: Nobel, v. 14, n. 4: 7-29, out. /dez.
- PRAXEDES, Walter & PILLETTI, Nelson (1994). *O mercosul e a sociedade global*. São Paulo: Ática.

Laerte Fedrigo

TAVARES, Maria da C. (1993). Ajuste e reestruturação nos países centrais: a modernização conservadora. In: TAVARES, Maria da C. & FIORI, José L. *(Des)Ajuste global e modernização conservadora*. São Paulo: Paz e Terra, p.21-73.